

---

## A LITERATURA INDUSTRIAL<sup>1</sup>

Sainte-Beuve<sup>2</sup>

Vista de longe, a literatura de uma época se apresenta em conjunto como uma coisa simples aos nossos olhos; de perto, ela expõe sucessivamente a toda sorte de variedades e de diferenças. Ela está em curso; nada ainda está definido. Ela tem seus progressos, seus retrocessos, seus momentos de hesitação ou de entusiasmo. Convém notá-los de imediato, assinalar seus falsos caminhos, suas propensões ruinosas; isso nunca é em vão. Além disso, toma-se parte do grosso da caravana, interessa-se por isso necessariamente, conversa-se sobre isso em toda liberdade: às vezes é bom escrever como se conversa e como se pensa.

São um fato o infortúnio e o desastre do comércio de livros na França nos últimos anos; há alguns meses o mal se agravou ainda mais: pode-se ver sobretudo um grave sintoma disso. A coisa literária (compreendendo-se por essa expressão o conjunto das produções de imaginação e de arte) parece cada vez mais comprometida, e por sua própria culpa. Se se notam aqui e ali exceções, elas se vão retardando, desaparecendo em um amplo naufrágio: *rari nantes*.<sup>3</sup> A fisionomia do conjunto domina, o nível do detestável prevalece e aumenta. Encontram-se apenas algumas boas almas que se preocupam com isso como se fosse uma enchente. Parece, porém, que não se trata de um acidente deplorável, de uma mera geada em uma colheita menos feliz, mas de um resultado amplo derivado de causas profundas e que deve agravar-se ainda mais.

---

<sup>1</sup> SAINTE-BEUVE. De la littérature industrielle. *Revue des Deux Mondes*, Paris, 4. série, v. 19, p. 675-91, 1839. Tradução de Alvaro Santos Simões Junior (professor da Universidade Estadual Paulista e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq) e Adail Ubirajara Sobral (professor da Universidade Federal de Rio Grande e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq).

<sup>2</sup> Charles-Augustin Sainte-Beuve (1804-1869) exerceu a crítica literária em periódicos parisienses como *La Revue Contemporaine*, *Le Constitutionnel*, *Le Moniteur*, *Le Temps* e *Revue des Deux Mondes*.

<sup>3</sup> “Rari nantes in gurgite vasto” é o verso 118 do primeiro livro da *Eneida*, de Virgílio; pode ser traduzido por “nadadores raros no vasto turbilhão”. Costuma ser usado em referência a pessoas dispersas em ambientes vastos e desertos.

Quando, de dez anos para cá, uma revolução inesperada interrompeu a série de estudos e de ideias que estavam em pleno desenvolvimento, uma primeira e longa anarquia se seguiu; nessa confusão inevitável, produziram-se pelo menos novos talentos; os veteranos não tinham perecido; podia-se esperar em uma ordem renascente uma marcha literária de grande mérito, e gloriosa. Mas eis que em literatura, como em política, à medida que as causas exteriores de perturbação cessaram, os sintomas interiores e de desorganização profunda se deixaram ver melhor. Aqui eu me deterei na literatura.

Sob a Restauração, se escrevia abundantemente e de qualquer maneira. Ao lado de alguns monumentos de verdade, produziu-se um grande número de obras mais ou menos secundárias, sobretudo políticas e históricas. A imaginação não estava ainda desperta a não ser em talentos de elite. Nessa quantidade de outros escritos de circunstância e de combate, uma ideia moral, uma aparência de patriotismo, um estandarte dava uma espécie de nobreza e aos olhos do público e aos olhos dos autores e compiladores velava uma intenção mais secreta. Desde a restauração e no momento em que ela ruiu, a maior parte dessas ideias morais e políticas foram de repente destruídas; o estandarte parou de flutuar sobre toda uma montanha de obras que ela honrava e das quais ela cobria, como se disse, a natureza de mercadoria. A grande massa da literatura, todo esse estoque livre e flutuante que se designa um tanto vagamente sob esse nome, não sentiu internamente e não denunciou vista de fora mais do que as reais motivações, a saber, uma emulação desenfreada de amor-próprio, e uma necessidade imperiosa de viver: a literatura industrial se desmascarou cada vez mais.

Para não se assustar com a expressão, para melhor combater a coisa, trata-se inicialmente de não exagerar em nada. Em todos os tempos, a literatura industrial existiu. Sobretudo desde que se imprimem livros, escreve-se para viver, e a maioria dos livros impressos é devida sem dúvida a essa motivação tão respeitável. Combinada com as paixões e as crenças de cada um, com o talento natural, a privação deu o seu contributo, mesmo às obras mais nobres e àquelas que ostentam o ar mais desinteressado. *Paupertas impulit audax*, disse-nos Horácio,<sup>4</sup> e Le Sage escreveu *Gil Blas* para as livrarias. Em geral, no entanto, sobretudo na França, ao longo do curso dos séculos XVII e XVIII, ideias de liberalidade e de desinteresse se associaram muito justamente às belas obras.

Eu sei que um espírito nobre pode, sem vergonha e sem crime,  
Obter de seu trabalho uma retribuição legítima,

---

<sup>4</sup> “*Paupertas impulit audax*” é verso de epístola de Horácio. Pode ser traduzido por “Impeliu-me a pobreza audaz”.

disse Boileau, em favor de Racine, e o fez a título de concessão. O próprio Boileau presenteava Barbin<sup>5</sup> com seus versos e não os comercializa. Em todos esses monumentos majestosos e variadamente ininterruptos, de Bossuet, de Fénelon, de La Bruyère, nos de Montesquieu ou de Bouffon, não se percebia de passagem nada que conduzisse aos depósitos das livrarias. Voltaire se enriqueceu muito mais devido ao auxílio de especulações estrangeiras do que por seus livros, os quais entretanto não negligenciava. Diderot, carente, doava seu trabalho voluntariamente mais do que o vendia. Bernardin de Saint-Pierre foi um dos primeiros a oferecer o triste espetáculo de um talento elevado, idealista e poético, em negociatas com as livrarias. Beaumarchais, o grande corruptor, começou a especular de forma genial com as edições e a reunir Law<sup>6</sup> ao escritor. Em geral, porém, a dignidade das letras resistiu, encobriu toda essa parte material secundária e manteve a reputação honrosa a que nos aferramos tão ardente mente nos dias de hoje. Sob o Império, relativamente, escrevia-se pouco; sob a Restauração, apesar de se escrever bastante, respeitavam-se, como disse, nobres propósitos. Dessa forma, com o fim dos hábitos generosos ou refinados da Restauração, e com nosso conjunto de preconceitos um tanto delicados nessa matéria, agora que a literatura puramente industrial se manifesta crumente, a coisa nos parece muito mais nova do que é na realidade; é verdade que a exposição de interesses e a ameaça de desvirtuamento nunca foram tão excessivos.

O que caracteriza neste momento essa literatura e faz dela um fenômeno plenamente adequado a este tempo é a ingenuidade e muitas vezes a audácia de sua pretensão de ser carente e ultrapassar em exigência todas as fronteiras do essencial, de se misturar com uma paixão desenfreada pela glória ou, mais ainda, pela celebridade; de se amalgamar intimamente com o orgulho literário, de se submeter a ele como parâmetro e de se conformar a ele na emulação de suas exigências acumuladas; é encontrar-se onde se esperava e onde de forma alguma se a desculpa, nos ramos mais floridos da imaginação, naqueles que pareceriam pertencer às especialidades mais delicadas e mais refinadas do talento.

Cada época tem a sua loucura e o seu ridículo; em literatura nós já tínhamos assistido (e talvez estimulado demais) inúmeras manias; o demônio

---

<sup>5</sup> Claude Barbin (1628-1698) foi livreiro e editor francês.

<sup>6</sup> Faz o crítico referência a John Law (1671-1729), que, apesar da origem escocesa, tornou-se figura central da economia francesa a partir de 1715. O sistema de Law, criado por ele, estabeleceu pela primeira vez a emissão de cédulas bancárias lastreadas por depósitos em ouro e foi inicialmente muito bem sucedido. Deu início também à emissão de títulos e sua comercialização em bolsa de valores. Colocou-se depois à frente de vultosos investimentos coloniais, mas a falência da Companhia do Mississipi desencadeou uma grave crise financeira, o primeiro *crack* da história, em 1720. Na vida particular, notabilizou-se como grande mulherengo e jogador inveterado.

da elegia, do desespero, teve o seu tempo; a arte teve o seu culto, seu misticismo; mas eis que muda a máscara; a indústria penetra no sonho e o molda à sua imagem, ao se tornar fantástica como ele; *o demônio da propriedade literária* excita os espíritos e aparenta constituir em algumas pessoas uma verdadeira doença pindárica, uma *dança de São Guido* curiosa para descrever-se. Cada um, ao exagerar sua importância, se propõe a avaliar o próprio gênio em quantias redondas; o jato de cada orgulho recai sob forma de chuva de ouro. Isso orça facilmente pelos milhões; ninguém se vexa de os ostentar e de os mendigar. Com mais de um ilustre, o discurso não vai além disso: é um grito de miséria em estilo de alta finança e com o acompanhamento de moedas sonantes. Marot,<sup>7</sup> ao estender a mão *au Roy pour avoir cent escus* em algum *joli dizain*, punha nisso mais jeito e mais graça.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Clément Marot (1496-1544), poeta francês da corte de Francisco I e protegido de Margarida, rainha de Navarra.

<sup>8</sup>

Que seja agradável ao Rei não recusar  
Ou doar, o que ele preferir,  
A Marot cem escudos exatos,  
E ele promete que em seu gibão  
Para os olhar não os costurará...  
Eu aconselho de reler os dísticos encantadores “Ao rei de Navarra”:  
Meu segundo Rei, eu tenho uma hacaneia, etc.;  
E “À rainha de Navarra”:  
Meus credores, que de tostões não se ocupam, etc.

Na epístola “Ao rei por ter sido espoliado”, ele esgota todos os torneios e todas as gentilezas do requisitório; ele não se parece com tantas pessoas insaciáveis, diz ele, não quer pedir mais nada:

Mas eu começo a ficar envergonhado  
E não quero mais me humilhar por vossas dâdivas;  
Eu não digo nada, se vós nada quiserdes dar,  
Que os tome.....  
E sabeis, Senhor, como eu pago?

.....

Eu farei em vosso favor uma bela promissória  
Para vos pagar (sem usura, está claro)  
Quando estiver todo mundo contente;  
Ou se preferir, o dia do pagamento será  
Quando o vosso louvor e renome tiverem acabado.

.....

Avisai portanto se tendes desejo  
De não emprestar nada: me fareis prazer;  
Pois por mais um pouco, eu teria recorrido a Clément  
Lá onde eu tinha feito um grande desembolso,  
E a Marot, que fica um pouco mais longe:  
Servirá, tudo de que ninguém suspeita.

Bravata por bravata, esta última, por desfastio, não se equivale bem às outras? Quando ao fundo da solicitação, é a mesma coisa no que nos diz respeito; entretanto o tom tem-se modificado! — “Certo, se a França exerce uma preponderância tão incontestável e tão transcendente na Europa, ela o deve sobretudo a dez ou doze homens eminentes, homens de arte, de inteligência, de poesia

Sobre esse ponto como sobre todos os outros que dizem respeito à literatura, não se eleva, porém, nenhuma censura, nenhum riso alto e franco: o controle exterior não se faz mais. A literatura industrial chegou ao ponto de suprimir a crítica e a ocupar-lhe o espaço quase sem contradição e como se somente ela existisse. Sem dúvida, para quem considera as produções desta época de uma visada abrangente, há outras literaturas coexistentes e que não cessam de apresentar trabalhos sérios e honrados: por exemplo a literatura que se pode chamar de Academia das Inscrições e que permanece fiel à sua missão de crítica e de pesquisa colocando nisso uma atividade redobrada e introduzindo alguma jovialidade; há ainda a literatura que se pode chamar de Universidade, próxima da outra, e que, através de ensinamentos, através de teses que se tornam obras, saiu há muito tempo da rotina sem perder a tradição. Deve-se, porém, dizer que, apesar de toda estima que inspiram trabalhos semelhantes, a legítima glória literária de uma nação não reside nisso; uma determinada vida, livre e arrojada, procura sempre aventura fora desses muros: é no grande campo do lado de fora que a imaginação tem todas as oportunidades para se desenvolver. Ora, esse campo livre, que constituiu até agora a honra principal da França, se fez de que maneira? Sua condição de ser comum e estar aberto a todos deixou-o, sem dúvida, exposto a todos os acidentes dos espíritos. As diferentes formas do mau gosto, as modas bizarras, as escolas ruidosas passaram; as cores falsas nela fizeram torrente. Esse campo, em suma, esteve sempre infestado por bandos; mas jamais lhe ocorreu de ser invadido, explorado, reivindicado a título de usucapião, por um bando tão numeroso, tão disparatado e relativamente organizado como nós os vemos, nos dias de hoje, e com essa única divisa em sua bandeira: *viver de escrever*. Por desdém ou intimidação, as pessoas se calam e o problema aumenta: os espíritos sérios e que honram esta época, recolhidos a suas vocações particulares, olham em silêncio os excessos que não saberiam como qualificar. Em função disso, grandes e superiores talentos, obcecados ou ofuscados, cedem à torrente e apoiam, imitam e encorajam sua libertinagem, da qual supõem poder sempre se afastar sem desonra. Algumas penas sábias protestam aqui e ali, na surdina; mas não há barreira em lugar nenhum. A convivência extingue todo grito de alarme. Está-se reduzido (quem acreditaria nisso?), quando se trata de algumas questões constantes e vivas, a não ter por sentinela corajosa mais do que o espírito e o capricho do Sr. Janin,<sup>9</sup> que uma manhã dessas disse o que todos pensam com um bom senso

---

e de coração, ... entre os quais a mim.” Eis o início renovado de toda queixa: é com som de trompas que de hoje em diante se proclama sua petição; eu prefiro muito mais a lábia de Marot. [Nota do autor.]

<sup>9</sup> Jules Gabriel Janin (1804-1874), crítico teatral francês que colaborou na *Revue des Deux Mondes*, *Le Figaro* e *Journal des Débats*, entre outros periódicos parisienses. Notabilizou-se como crítico da Sociedade dos Homens de Letras.

sonoro. Jamais se sentiu tão bem, no meio da literatura comum e da crítica militante, a falta de tantos escritores espirituosos, instruídos, conscientes, que desempenharam um papel tão bonito nos últimos anos da Restauração, e que, no momento da Revolução de julho, ao passar subitamente à política, abdicaram completamente à literatura. Apesar de alguns altos serviços que os antigos escritores do *Globe*, transformados em deputados, conselheiros de estado e ministros pudessem pensar de os ter realizado à sua causa, estou persuadido de que, ao refletir sobre eles, alguns desses pelo menos mostrariam com um arrependimento tácito pelos outros serviços crescentes que poderiam desempenhar, com não menos evidência, a uma causa que é também a da própria sociedade: seria suficiente ousar permanecer em sua primeira função, de manter sua tribuna filosófica e literária, e continuar, por intermédio de algumas de suas penas, a praticar sua missão de crítica elevada e vigilante; no tempo de calma, a autoridade seria reencontrada. Sua retirada súbita criou uma lacuna, e, por esse inteiro deslocamento de forças, houve, pode-se afirmar, solução de continuidade em literatura mais do que em política entre o regime posterior a julho e o regime de antes. Os talentos novos e as jovens esperanças não mais encontraram um grupo já formado e experiente a que se pudessem associar; algum deles tentou a sorte e traçou o seu caminho ao acaso; vários derivaram para sistemas completamente excêntricos, os únicos no entanto que ofereciam um conjunto de doutrinas, embora pouco admirável. Muitos, ao permanecer no meio comum, expostos a essa atmosfera colérica e incandescente, sobre esse solo pouco estável, presas de todas as causas de excitação e corrupção, mais ou menos fracassaram, e não mais souberam o que fazer ou pensar. Daí uma literatura de uma fisionomia até agora inaudita em seu conjunto, ativa, efervescente, ambiciosa, ousando tudo, ameaçando as paixões mais refinadas da civilização com a desfaçatez desenfreada do estado de natureza; comprometendo uma primeira inclinação de generosidade e de talento nos turbilhões de egoísmo e de cupidez que se ampliam ao se envaidecerem; e, no meio de suas pretensões, de suas rivalidades intestinas, não mais conseguindo encontrar até aqui aparência de unidade a não ser em momentâneas ligas de interesses e de egoísmos, em meras coalizões que violam a regra primeira de toda harmonia moral.

Eu não exagero. Em província, assim como em Paris, se não se está mais ou menos envolvido, ignora-se o que é no fundo a imprensa, esse ruidoso ponto de encontro, essa avenida apodrecida da literatura contemporânea, que, no entanto, possui, a cada esquina, suas passagens secretas. Ao tratar da imprensa, sei que seria conveniente fazer exceções; poderia citá-las sobretudo politicamente; mas literariamente há muito pouco para levar em consideração. A menor importância que provavelmente se atribui a um ramo considerado acessório fez que, sobre esse ponto, se

deixassem as coisas seguir seu curso. Disso resultou na maioria dos jornais, até mesmo nos que passam de bom grado por puritanos, um conjunto de abusos e uma organização puramente mercantil que ao redor fomenta a peste literária e que dela depende.

Deve-se, porém, fazer uma primeira restrição a essa censura. É de bom tom resignar-se a atitudes novas, à invasão da democracia literária assim como à ascensão de todas as outras democracias. Pouco importa que isso aparente ser mais evidente na literatura. Será cada vez mais uma maneira peculiar de escrever e de fazer publicar. Com nossos costumes eleitorais, industriais, todo mundo, pelo menos uma vez em sua vida, terá sua página, seu discurso, seu programa, sua saudação de sobremesa, será *autor*. Daí a escrever um folhetim, não há mais do que um passo. Por que também eu não o faria? — diz alguém aos seus botões. Estímulos respeitáveis se lhe apresentam. Tem-se uma família, casou-se por amor, a mulher também escreverá sob um pseudônimo. O que há de mais honroso, de mais digno de interesse do que o trabalho assíduo (mesmo que seja precipitado e apressado) de um escritor pobre, vivendo dele e com ele sustentando os seus? Essas situações são frequentes: haveria escrúpulo em as depreciar.

Em nossos dias, além disso, quem poderia negar a si mesmo que, de certa maneira, escreve para viver (*pro victu*), inclusive os mais ilustres? Essa motivação segue paralelamente com a glória mais legítima. Pascal, Montaigne, para citar filósofos que escreveram contra a glória, mostravam-se em contradição consigo mesmos e a desejavam. E eu, que escrevo isto, acrescentou Pascal... E até mesmo eu, que escrevo isto, deve dizer a si mesmo quem escreve sobre aqueles que às vezes escrevem para viver.

Porém, feitos esses reparos, tomadas essas precauções, e aproveitando dessa audácia que ampara a própria necessidade, e dessa aspiração rude e livre de uma vida cada vez mais desembaraçada, está-se em posição e no direito de dizer a verdade como a compreendemos a propósito de um contexto do qual a percepção já não é mais duvidosa e cujo resultado revolta e evidencia-se cada vez mais. O estado atual da imprensa cotidiana, no que diz respeito à literatura, é, para sublinhar a palavra, desastroso. Não estando em causa nenhuma ideia moral, chegou-se ao ponto de que uma sequência de circunstâncias materiais alterou gradualmente o pensamento e perverteu a sua expressão. Por exemplo, o Sr. de Martignac transmitiu, sem disso suspeitar, um germe de morte aos jornais com a sua lei de julho de 1828, lei tão liberal,<sup>10</sup> que, porém, ao tornar em certos aspectos mais acessíveis a todos as publicações diárias ou periódicas, agravou-as com certas

---

<sup>10</sup> Como ministro do Interior durante a Restauração, o visconde de Martignac (1778-1832) trabalhou pela aprovação da lei de 18 de julho de 1828, que aboliu a censura da imprensa e favoreceu o desenvolvimento de jornais de oposição.

condições pecuniárias como contrapartida, e que, ao associá-las ao campo da polícia e da política, recrudesceu em seu setor o encargo industrial. Para fazer frente aos novos custos, que faremos? — perguntavam-se os jornais. — Ora! Vocês farão anúncios, respondia-se a eles. Os jornais se alargaram; o anúncio nasceu, ainda modesto durante algum tempo; foi isso, porém, a infância de Gargantua, e ele passou rapidamente a operar prodígios. As consequências do anúncio foram rápidas e infinitas. Considerou-se de bom tom separar no jornal o que permaneceu consciencioso e livre do que se tornou público e venal: o limite do traço separador das colunas foi logo ultrapassado. A propaganda<sup>11</sup> deu o exemplo. Como condenar a dois dedos de distância, qualificar de detestável e funesto o que se proclamava e se anunciava dois dedos mais abaixo como a maravilha da época? A atratividade das crescentes maiúsculas do anúncio arrebatava: isso foi uma montanha imantada que interferiu na bússola. Com a finalidade de conservar em caixa o lucro do anúncio, teve-se complacência com os livros anunciados; a crítica com isso perdeu a sua credibilidade. Que importa?! Não é o anúncio a parte mais produtiva e mais garantida do empreendimento? Apareceram jornais baseados unicamente no lucro presumido do anúncio: então foi a complacência ainda mais requerida; cessaram toda independência e todo recato.

Esse anúncio infeliz não teve uma influência menos fatal sobre a livraria; em grande medida, ele contribuiu para a assassinar. Como? O anúncio constitui, depois da impressão, uma ampliação de custos que se deve assumir antes da primeira venda, antes de obter qualquer lucro; mil francos de anúncios para uma obra nova; assim, com essa situação, os livreiros têm exigido impiedosamente dos autores dois volumes em lugar de um, e volumes *in octavo* em lugar de um formato menor; porque isso não custa mais para anunciar, e, permanecendo constantes as despesas para anunciá-las, a venda pelo menos é dobrada e compensa. De argumento em argumento, eu não acabaria tão cedo de tratar do anúncio, que exigiria uma história inteira: Swift, com uma tinta amarga, a teria contado.

A situação do jornal se agravou notavelmente após a introdução da imprensa dita de quarenta francos:<sup>12</sup> eu não me detengo a julgar outra coisa que não seja a consequência moral. A personagem muito célebre e de uma capacidade tão incontestável quanto infelizmente mal dirigida, que teve essa ideia arrojada, pretendia acabar com o que se chamava o monopólio de

<sup>11</sup> Para os que ignoram, nós diremos que a *propaganda* é a pequena nota colocada no fim, no interior do jornal, geralmente paga pelo livreiro, inserida no mesmo dia em que sai o anúncio da obra ou no dia seguinte, e dando em duas palavras um pequeno julgamento louvaminheiro que prepara e prejudga aquele do artigo. [Nota do autor.]

<sup>12</sup> Sainte-Beuve alude à fundação por Émile de Girardin do jornal *La Presse* (1836), que aceitava assinaturas por 40 francos, metade do preço de veículos tradicionais.

alguns grandes jornais; mas ele não fez outra coisa que não fosse colocar todo mundo e ele próprio em condições mais ou menos ilusórias, das quais se tornou mais e mais difícil, no que diz respeito apenas à literatura, se desvencilhar com sinceridade, com franqueza. Os jornais, por essa baixa de preço, por esse alargamento de formato, tornaram-se cada vez mais tributários do anúncio: ele perdeu todo resto de pudor, se tinha algum sequer. No momento atual, quando se lê em um grande jornal o elogio de um livro, e quando o nome do crítico não oferece uma garantia absoluta, nunca se está inteiramente convicto de que a livraria ou mesmo o autor (se por grande infortúnio o autor é rico) não estão nisso envolvidos de algum modo. É bem deplorável que, na origem dessa espécie de invasão da imprensa dita de quarenta francos, as consequências morais e literárias não tenham sido apresentadas com vigor e exatidão por algumas das penas que então desfrutavam de crédito. Uma voz entretanto, aquela de Carrel,<sup>13</sup> começou a se levantar, mas logo se calou. Os outros jornais estavam sem dúvida muito interessados na questão, e o fato de serem eles parte interessada diminuiu a autoridade da sua resistência. Apesar dessa posição desfavorável, certos fatos puderam ressaltar-se com evidência e exatidão. Creio, por exemplo, que foi um erro do *Journal des Débats*, tendo ele permanecido apesar de tudo à frente da literatura cotidiana, obedecer nessa crise ao seu sistema de prudência, e não protestar em alta voz. Mas como então puderam, no governo, homens de Estado sérios e virtuosos dar apoio de forma leviana, e com pareceres totalmente circunstanciais, a operações que não apresentaram jamais nenhuma possibilidade de sucesso legítimo e que conduziram visivelmente a uma corrupção imediata? O que é certo (resumindo com efeito nosso ponto de vista) é que desde então a moralidade literária da imprensa em geral baixou em um grau. Caso se expusesse em detalhes de forma completa esses comportamentos, não se acreditaria. O Sr. de Balzac reuniu ultimamente muitas dessas vilanias em um romance que tem por título *Un grand homme de province*, mas as envolveu com a sua fantasia costumeira: como última denúncia que ele acabou por omitir, todas essas outras revelações curiosas não incomodaram em nada as pessoas em questão, haja vista que seus interesses se tornaram banais.

No teatro, se reencontram as mesmas mazelas; os costumes abertamente industriais nele encontram um lugar ainda mais evidente. Foi assim em todos os tempos: mas, na história do teatro dos últimos dez anos, sofreu-se o contragolpe crescente e desordenado desse perverso regime literário. A exigência dos autores em voga aumenta e muito frequentemente

<sup>13</sup> O jornalista Armand Carrel (1800-1836), diretor de *Le National*, acusou Girardin de prática desleal com os preços de assinatura praticados por *La Presse*. Os desentendimentos entre os dois jornalistas resultaram em um duelo no dia 21 de julho de 1836, quando Carrel foi ferido e, por essa razão, morreu três dias depois.

tem grande semelhança com a voracidade. Para os interessar, tem-se, por exemplo, a isca dos *adiantamentos*: assim que uma peça de um deles é lida e aceita, uma soma é entregue, cinco mil francos, eu creio, caso a peça tenha cinco atos. Quando a peça tem êxito, quando as reservas se confirmam com alguma fidelidade, tudo corre às mil maravilhas, mas não é isso o mais comum. Os teatros entretanto às vezes se salvam melhor do que o resto. Sua mazela real tem sido sempre a raridade das peças boas e dos bons assuntos, dos bons atores. Somente um golpe de sorte nesse gênero pode reparar as perdas. Prossigamos.

É à literatura impressa, à de imaginação particularmente, aos livros mais inclinados à fama, e paulatinamente a quase todas as obras novas, que o mal, na forma como o denunciamos, mais profundamente atingiu. Há dois anos sobretudo, não se vende mais: a livraria definha. Abusou-se tanto do público, colocou-se também papel branco em volumes inflados e superestimados, reimprimiu-se tanto o velho como se fosse novo, tanto se louvou de todas as formas o insípido e o chato, que o público se transformou quase literalmente em um cadáver. Os gabinetes de leitura compram com restrições. Viu-se ultimamente um autor reclamar com ênfase contra a prática de alguns desses gabinetes que, para não se arruinar em compras duplicadas, recortam dos jornais e fazem que sejam relidos os romances que apareceram em folhetins: o autor denunciou com indignação essa medida econômica: foi uma sorte que não se tenha encaminhado a questão ao procurador do rei. Mas, afinal, que esperar de um livro quando ele não faz mais do que amontoar páginas escritas para encher o maior número de colunas com o mínimo de ideias? Os jornais se alargam, os folhetins se estendem indefinidamente, a elasticidade das frases tem sido testada, e têm-se multiplicado as palavras vãs, as descrições ociosas, os epítetos redundantes: o estilo se alongou em todos os seus fios como os tecidos muito repuxados. Há autores que não escrevem mais os seus romances de folhetins a não ser com diálogos, haja vista que a cada frase e às vezes a cada palavra há um espaço em branco e que assim se ganha uma linha. Ora, vocês sabem o que é uma linha? Uma linha de menos em tese, quando isso ocorre com frequência, é uma notável economia para o cérebro; uma linha a mais na conta é uma soma talvez honesta demais. Há certo escritor de renome que exigirá (quando condescende com jornais) que se lhe paguem *dois francos* por linha ou verso, e que acrescentará ainda, provavelmente, que isso não é pago nem a Lord Byron. Isso que é saber exatamente a dignidade e o preço do pensamento. Encontram-se empresários charlatões que consentem com esse excesso de pretensões para ter pelo menos um artigo e se ornamentar com um nome: isso se recupera às expensas do acionista. Pessoas ignorantes em relação às letras, esvaziando as livrarias e ali sonhando com lucros químéricos, fizeram cessar os cálculos sensatos e favoreceram os sonhos cúpidos. Dessa forma, cada um

se deixou arrastar por seu egoísmo, arrancando a árvore pela raiz. Outros, passando por ali, sentiram o terreno ceder sob seus passos: que importam os que vêm depois? Depois de nós, o dilúvio! O escritor, ao negociar seu cérebro em condições desvantajosas, cometeu erros de cálculo, obteve boas e más colheitas, como se diz: os livros vendidos e pagos com adiantamentos não puderam mais ser produzidos. Com processos escandalosos se esclareceram frequentemente essas misérias. Quem se pode surpreender com o fato de que a livraria, assim colocada entre todas as causas de sua ruína, entre seu próprio charlatanismo, as exigências dos autores, as exatidões dos jornais, e enfim a contrafação estrangeira, tenha sucumbido? Com efeito, não há neste momento mais livraria além da universitária, de direito, de medicina, de religião, precisamente porque nesses ramos especiais ela se manteve livre de diversos prejuízos.

Eu citei a contrafação estrangeira e a citei por último porque, em meu pensamento, ela vem apenas no último lugar, e porque há muitas outras causas fatais que a precedem. Não parece ser essa a opinião de vários interessados, e autores e editores quase exclusivamente se ocuparam da contrafação estrangeira na última crise. Creio, no entanto, que pelo menos os primeiros estão com a faca e o queijo na mão no que diz respeito à contrafação belga, que se baseia sobretudo na quantidade de volumes espessos de conteúdo e baratos.<sup>14</sup> Porém, sem ter a intenção de menosprezar a ideia do dano imenso causado pela contrafação estrangeira, nada se pode fazer diretamente a respeito: seria necessária uma intervenção do governo, uma negociação internacional. Foi adequado chamar e provocar a atenção do poder nesse ponto; o poder fez de conta que se ocupou disso, como sempre fará em todas as oportunidades em que seja exigido com ruído e grande conjunção de interesses prejudicados: mas tudo se resumiu a manifestações. Podemos apoiá-lo às vezes, aconselhá-lo e que o edifiquemos, por fim, se meios para tal houver: não há nada melhor, e, com a constância de cerca de cinquenta anos de luta, nossos Wilberforce,<sup>15</sup> que compararam a contrafação estrangeira ao tráfico negreiro, poderão enfurecer-se com isso. Porém, em mais um aspecto, não há nada em que se possa ter influência imediata, e isso é tão verdadeiro que a associação recentemente formada justamente na ocasião do debate, a Sociedade dos Homens de Letras, após estabelecer o princípio geral, teve de aplicar a sua atividade a detalhes mais internos.

A ideia primeira dessa sociedade é devida a um escritor de espírito,

---

<sup>14</sup> O sucesso da *Petite Bibliothèque* do livreiro Charpentier prova que bons livros volumosos e baratos preservam todas as possibilidades: e além disso não se tem sido sempre escrupuloso nas escolhas. [Nota do autor.]

<sup>15</sup> William Wilberforce (1759-1833) foi um político britânico que se empenhou em campanhas contra o tráfico de escravos.

Sr. Desnoyers,<sup>16</sup> que soube conservar em meio à confusão a mais ativa das intenções francas e hábitos elevados de caráter. No que me permite dizer da associação nascente, eu me questiono menos acerca do seu objeto positivo e financeiro do que das consequências literárias prováveis e de certos abusos (se espalham por todas as partes, e sobretudo pelos grupos) que se poderiam entrever desde já. Nada de mais legítimo certamente que se associarem homens de letras para debater seus interesses materiais e se conscientizar a respeito. Deixando de lado a contrafação estrangeira, que não se pode atingir, há internamente formas de contrafação, se não para os livros, pelo menos para os folhetins: há jornais larápios que os citam e copiam. Alguns autores obstinados poderiam com isso se encontrar pura e simplesmente lisonjeados; os mais aguerridos e os mais rigorosos lançariam mão do direito de processar, requerendo da justiça prejuízos e interesses; o mais certo e o mais frutífero é obrigar por compromisso esses jornais a pagarem uma soma por sua reprodução, e se vincularem, de alguma maneira, aos autores. Regularizar, em suma, esse gênero de contrafação interna seria um resultado. Como o homem de letras isolado tem pouca força, pouco tempo livre, e sobretudo pouco tirocínio nessas chicanas, um agente especial, um comitê permanente, velarão por ele e advogarão em seu interesse. Nada melhor do que isso, pois. Sempre há, no entanto, necessidade de dar atenção à possibilidade de alienar demais os direitos do indivíduo em prol do poder do comitê. Se, por exemplo, em lugar de tratar com cada membro da sociedade, um editor se visse obrigado a fazer negócios com uma sociedade mais efetivamente proprietária de suas obras do que o autor mesmo de qualquer ponto de vista, isso seria um inconveniente, um entrave, uma verdadeira servidão. Se uma revista (para ser mais exato) que paga um artigo a um autor se encontrasse quase inteiramente despojada desse artigo por algum jornal que pagasse tributo regular de reprodução a esse autor, isso seria uma maneira picante de ser engodado: ser-se-ia vítima plena de uma contrafação, com a ajuda do que teria sido fundado precisamente para combater a contrafação. Deixo, porém, de lado essas questões, que pertencem ao que há de mais util no código de comércio; não sei até que ponto a legalidade tolerará isso; os tribunais, ao ser obrigados a se pronunciarem em alguns casos, pareceram até agora pouco condescender com isso, e os velhos juízes, abrindo seus grandes olhos, não entenderam nada. Concebeu-se assim, insisto, uma sociedade de homens de letras que se entenderam da melhor forma com a finalidade de assegurar-se a maior remuneração possível para suas vigílias, se a sua força conjunta é contemplada em termos de equidade e nunca chega ao ponto de coagir os editores: porque nesse caso não se necessita considerar qualquer coisa que se

---

<sup>16</sup> Louis Claude Joseph Florence Desnoyers (1802-1868) foi quem teve a ideia de fundar-se uma sociedade dos homens de letras.

assemelhe às associações de operários; já se gritou bastante contra a *camaradagem*,<sup>17</sup> isso já é um caso de *companheirismo*.

Primeiro resultado moral apesar disso. Qualquer que seja a estrita legitimidade de fundo, não é triste para as letras em geral que sua condição material e sua preocupação com necessidades práticas cheguem a esse grau de organização e de publicidade? Sempre imaginei com meus botões para aquilo que se denomina propriedade literária alguma coisa bem mais simples. Escreve-se, conclui-se um livro; trata-se da venda com um livreiro; atende-se às suas condições e ele às nossas; depois disso estabelece-se a propriedade do livro. Se se é pirateado na Bélgica enquanto isso, azar e honra! O livreiro não está isento de ter previsto isso. No lugar de um livro, trata-se de simples artigos que se escrevem: negocia-se com um jornal, as condições dos envolvidos são satisfeitas mutuamente. Se se é pirateado, copiado por uma folha larápia, é obrigação do jornal defender o seu bem, e processar caso lhe interesse. Nisso reside sem dúvida uma economia política bem elementar e bem mesquinha no que diz respeito à propriedade literária: ela deve despertar piedade em muitos ilustres; há algo em particular que faz levantar os ombros a mais de um de nossos *doze marechais da França*, como os chama o atual presidente da Sociedade dos Homens de Letras em uma carta publicada recentemente;<sup>18</sup> pois um marechal da França em literatura é um desses homens, note-o bem, que *oferecem para exploração certa embalagem comercial*. Nossa reles e frugal teoria de propriedade não tem mais do que uma vantagem: desde que ela tem reinado nas letras, não mais se lança um brilho de financista aos olhos dos transeuntes, não mais são eles reunidos em torno de suas misérias.

Mas a Sociedade dos Homens de Letras parece-nos conter outros inconvenientes literários, se ela não atenta para isso. Em associações dessa natureza, a maioria decide; e o que é maioria em literatura? A sociedade se dedica (é muito simples) a auxiliar seus membros, a cuidar do emprego de seus trabalhos, a facilitar para os jovens que dela fazem parte o ingresso na carreira. Porém, onde estão as condições literárias e as garantias de admissão? Todo mundo pode declarar-se *homem de letras*: é o título de quem não tem nenhum. Os mais afoitos a serem tomados por tal não são os mais dignos. A sociedade examinará o mérito real na admissão? Ela pode pensar nisso? Onde estará a especialização? Nos companheirismos das diversas profissões, só se recebem trabalhadores que sejam formados e provados; mas, em matéria literária, quem decidirá? Eis, portanto, uma sociedade que receberá todos aqueles que se apresentem como homens de letras, e que os

---

<sup>17</sup> Referência à prática de autores se elogiarem mutuamente, a pretexto de crítica de obras, em jornais.

<sup>18</sup> V. *La Presse* e *Le Siècle* de 18 e 19 de agosto. [Nota do autor.]

ajudará, e que os organizará como força compacta; e em todas as questões, os insignificantes, os menos esclarecidos, os menos interessados naquilo que verdadeiramente afeta as letras gritarão mais alto, estejam certos. Os bons espíritos que a associação contém devem desde já refletir sobre isso, e por experiência. O que será de uma sociedade que, abrangendo a quase totalidade dos literatos atuais em todos os degraus da escala, tornar-se-á para eles uma espécie de garantia mútua contra a crítica e a favor do elogio? Eu aponto um perigo longínquo, mas de modo algum sem que dele haja sinais, indícios precursores. Não se veem jornais, concertados sobre esse ponto, se entenderem à maravilha, em meio às injúrias que se lançam por todos os lados? *Le Siècle* reproduziu um outro dia a carta do presidente da sociedade, e a emprestou cortesmente de *La Presse*, ao acrescentar, sem rir, que essa carta *levantava questões graves*. Eu creio que o espírito *Charivari* não tenha também, desta vez, esquecido de rir. Os jornais se atacam politicamente, se injuriaram, fazem-se afrontas e guerra: os folhetins se confraternizam. Correspondem-se de um lugar para o outro pela parte de baixo, pelo rés do chão, pelos subterrâneos.

Mas o que faço eu neste momento? E não se trata de correr grandes riscos ao exprimir-me dessa maneira? Porque um dos inconvenientes de uma sociedade como essa, se se dá conta disso, será a intimidação. Quando se crê ter a força nas mãos, abusa-se dela com facilidade. Dia desses, ocorreu a uma pessoa de nosso conhecimento, o antigo gerente desta *Revue*, ser acusado de uma forma inusitada: ele teria reclamado, jocosamente, de manter relacionamento com os dois gêneros de pessoas mais indisciplinadas do mundo, os comediantes e os homens de letras. A observação teria sido leviana, e não posso acreditar que o Sr. Buloz<sup>19</sup> a teria sustentado. O que quer que seja, uma nota se encontra inserida em dois ou três jornais, exatamente naqueles que se atacam todas as manhãs em política, mas que se entendem cordialmente em literatura, nota que teve um estilo verdadeiramente oficial, e que relatava que, com a notícia de propósito escandaloso, o comitê da associação se deixou levar pela piada de mau gosto para receber seu desmentido *formal*. Inseriu-se tudo isso sem rir. Não é mais permitido, talvez, dizer que os homens de letras são, não indisciplinados, mas muito disciplinados, e que a aliança nesse sentido teria estranhas consequências. Pode ser que, na hora atual, haja pessoas que se creem os representantes únicos e jurados da literatura francesa, inclinados a pedir explicações acerca de palavras boas ou ruins, e a intimar a comparecer diante delas para melhor assegurar a dignidade da ordem. Será essa uma liberdade a mais que tenhamos conquistado, e semelhante a muitas outras, neste século de liberdade: o satírico Boileau e o retratista La Bruyère experimentaram

---

<sup>19</sup> François Buloz (1803-1877) foi, desde 1831 e por 40 anos, diretor da *Revue des Deux Mondes*.

condições melhores em seu tempo. De resto, nós falamos de certa maneira sem conhecer ao certo essa *Sociedade dos Homens de Letras*, que, sendo o maior número para nós perfeitamente desconhecido, pelo menos uma porção parece-nos oferecer, pelos nomes, todo tipo de garantias. Estamos convencidos de que numerosos membros são totalmente de nossa opinião, e de que saberiam, em caso de necessidade, resistir às tentativas imoderadas de esvaziamento. Caso seja necessária alguma audácia para isso, eles a terão. Como não estaríamos disso persuadidos, quando, para citar um exemplo ilustre, verificamos que o membro a presidir a associação pela primeira vez foi o Sr. Villemain?<sup>20</sup> Eu não consigo afastar-me do pensamento de que o espírito acadêmico não aceitou esse encargo a não ser para ter ocasião, com esse bom gosto que não o abandona jamais e com essa coragem de espírito de que deu tantas provas em todas as circunstâncias decisivas, de invocar e de manter diante dessa democracia literária os verdadeiros princípios de independência e de gosto. É lamentável que outras funções superiores o tenham solicitado antes que ele pudesse exprimir o que em sua boca teria uma autoridade encantadora. Porém, desde que esse tipo de coragem não falte aos homens de talento em altas posições, haverá recursos contra o mal.

O Sr. de Balzac, que foi nomeado presidente por unanimidade em substituição do Sr. Villemain, chegaria talvez ao mesmo resultado por caminhos contrários. Homem de imaginação e de fantasia, ele a carrega consigo muito facilmente em questões que lhe são pouco afeitas, e, sem se aperceber, induz a consequências fabulosas das quais cada olho pode retificar por si mesmo a ilusão. Sua carta sobre a propriedade literária a que já nos referimos é feita desse gênero de excessos para recolocar as coisas no ponto de vista verdadeiro: ela não visa a nada mais do que propor ao governo adquirir as obras *dos dez ou doze marechais da França*, a começar por enumerá-los a partir do próprio autor que se avalia por *dois milhões*, se o comprehendi bem. Conseguem imaginar o governo desinteressando do autor da *Fisiologia do casamento* a fim de distribuí-la melhor, e, separando os *Contos droláticos*<sup>21</sup>, como se vende papel timbrado? Consequências tão pitorescas são muito adequadas para fazê-lo possuído do demônio da propriedade literária, do qual o Sr. de Balzac não pode ter pretendido, apesar de tudo, nada além de zombar de forma agradável.

Não; qualquer que seja em cada crise seu desdobramento de esperança e de audácia, a literatura industrial não triunfará; ela não organizará nada de grandioso nem de fecundo para as letras, haja vista que a

---

<sup>20</sup> Abel François Villemain (1790-1870) foi o primeiro presente da Sociedade dos Homens de Letras.

<sup>21</sup> De 1832 a 1837, Honoré de Balzac redigiu os *Cent contes drolatiques*.

inspiração não está com ela. Com efeito, em duas ou três circunstâncias notáveis, há vários anos, ela fracassou fragorosamente. Ela teve a adesão de nomes, de penas célebres, sem liame verdadeiro; ela os comprometeu, desacreditou de todas as formas, sem obter disso nada de coletivo nem de poderoso. Já foi vista em ação nesse empreendimento gigantesco que se intitulou *L'Europe Littéraire*, uma outra vez na *Chronique de Paris* renovada, uma outra vez e mais recentemente na imprensa de quarenta francos. No teatro, ela teve a seu serviço o palco de *La Renaissance*: o que ela fez com isso? Graças a rivalidades imediatas, defecções, exigências, esse instrumento sem rumo se refugiou na música e se salvou, de qualquer maneira, por traduções de ópera italiana. O drama industrial teve, em outras ocasiões, outros teatros ainda, o da Porte Saint-Martin, o Odéon, até o Français, que, para não sofrer condições ruinosas, tiveram logo de se afastar e não se abrir sem precaução. Em suma, essa literatura, que se irritou por ter sido tantas vezes chamada de industrial quando se sabe dos nomes que aí se encontram envolvidos, teve o propósito e os instrumentos para a inovação, os capitais e os talentos, e sempre tudo malbaratou: a ideia moral está ausente, até mesmo a mais insignificante; a cupidez egoísta de alguém conduziu muito cedo todo o grupo à ruína.

Porém, em cada tentativa de retomada, é por todos aqueles que ainda amam profundamente as letras o momento de vigiar. Em nossos dias, a imundície volta à tona, e rapidamente se torna o nível comum, o resto desmoronando ou se rebaixando. O mal com certeza não data de hoje; mas tudo está na medida, e nos dias de hoje ele se acumula. Os recursos são grandes, mas se dirigem para a direção contrária se são reunidos. Entre nas bibliotecas: que emulação ardente! Quantos jovens estudam, e em uma boa direção, como parece! Mas falta pouco no que diz respeito a esses nobres esforços para fazê-los desviar e abortar! É portanto urgente que todos os homens honestos se contenham, cada um em consonância com sua própria dignidade (sempre é possível), e entre eles, na medida em que se possa e qualquer que seja o ponto de partida, mediante conveniências fiéis e uma inteligência simpática. É o caso sobretudo de reencontrar a coragem de espírito e de saber enfrentar sem medo. Já que essa literatura industrial existe, que ela retorne ao seu leito e que não o ultrapasse a não ser com lentidão: ele não tende a se engrandecer a não ser muito naturalmente. Para concluir: duas literaturas coexistem em uma proporção muito desigual e coexistirão cada vez mais, misturadas entre elas como o bem e o mal neste mundo, confundidas até o dia do juízo: tratemos de avançar e de estimular esse julgamento ao favorecer a boa e colocar com firmeza barreiras contra a outra.

Recebido em 30 de julho de 2025  
Aprovado em 10 de agosto de 2025